

Resenha bibliográfica 2

Cambridge Economic Policy Review

World trade and finance: prospects for the 1980's. *Cambridge Economic Policy Review*, 6 (3), dez. 1980.

Economic policy in the UK. *Cambridge Economic Policy Review*, 7 (1), abr. 1981.

MARIO FERREIRA PRESSER *

No debate sobre as causas e conseqüências do secular declínio relativo da economia britânica, os editores da Revista, o Cambridge Economic Policy Group (CEPG), propõem o controle das importações, acompanhado de uma política fiscal expansionista, para reativar o capitalismo inglês. Fundado há pouco mais de 10 anos e sediado no Departamento de Economia Aplicada da famosa Faculdade de Economia e Política, o CEPG elaborou um modelo econométrico da economia britânica que se tem destacado tanto por suas pouco ortodoxas hipóteses básicas quanto por seu poder preditivo. Descrito, pela grande imprensa inglesa, como o "profeta do Apocalipse" por suas sombrias previsões para a Inglaterra nos anos 70 e 80, o CEPG já não pode ser mais ignorado ou ridicularizado, uma vez que suas previsões converteram-se em penosa realidade. Mais ainda, inúmeras de suas proposições de política econômica estão sendo encampadas pelo Partido Trabalhista, agora na oposição.

Embora apresente-se publicamente como uma entidade coletiva, dois de seus membros, Wynne Godley e Francis Cripps, detêm a liderança intelectual do CEPG. Dois outros professores de Cambridge,

* Do DEPE/UNICAMP.

Nicholas Kaldor e Robert Neild, tiveram grande influência na linha adotada, que, basicamente cambridgeana, já possui originalidade suficiente para merecer uma classificação à parte na literatura econômica. Assim, simpatizantes e críticos crescentemente referem-se às idéias do CEPG debaixo da denominação "New Cambridge School".

A política de pleno emprego, via controle da demanda, posta em prática pelos sucessivos governos britânicos do pós-guerra, começou a soçobrar ao final dos anos 60 devido ao baixo crescimento econômico, às pressões inflacionárias e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. O diagnóstico conservador, discretamente avalizado pela política econômica do Partido Trabalhista a partir de 1975 e ostensivamente pela do Partido Conservador a partir de 1979, apontou dois vilões: os sindicatos e o estatismo. Os sindicatos teriam tido seu poder de monopólio no mercado de trabalho aumentado pela prolongada política de pleno emprego e valeram-se disso para exigir aumentos salariais consistentemente acima dos aumentos de produtividade. O Estado teria expandido sua esfera de atividades através de crescente carga fiscal, desestimulando as atividades empresariais. A receita conservadora apela ao senso comum: os sindicatos devem moderar suas reivindicações e aceitar um maior desemprego por algum tempo, enquanto as empresas ineficientes são eliminadas. O Estado deve retrair-se, diminuindo a carga fiscal e as regulamentações que oneram a atividade privada. Ao final das provações, emergiria uma economia mais vigorosa, e no longo prazo todos seriam beneficiados. O ponto fundamental do credo conservador, e daí seu forte apelo ideológico, é que o mecanismo de mercado não pode ser *tão* perverso a ponto de gerar desequilíbrios incorrigíveis e cumulativos.

O diagnóstico elaborado pelo CEPG com relação aos males que afligem a economia britânica enfatiza, justamente, que os desequilíbrios fundamentais dessa economia não serão automaticamente corrigidos pela política econômica convencional, muito menos pela posta em prática pelo Partido Conservador após 1979. Além do mais, esses desequilíbrios são cumulativos. Segundo o CEPG, a economia britânica, sendo relativamente aberta, com uma considerável dependência do resultado de suas transações externas, teria a origem de seus

males na progressiva deterioração da competitividade dos seus produtos manufaturados no mercado internacional. Ao pobre desempenho das suas exportações de manufaturados, somou-se nos últimos anos a invasão de seu mercado interno por produtos importados. Para o CEPG, os problemas no balanço de pagamentos originaram a política econômica de *stop-and-go* dos anos 70 e 80, a qual, por sua vez, resultou em baixo crescimento global da economia, baixo crescimento dos investimentos produtivos e crescente inflação. Para quebrar o círculo vicioso, que começa com a expansão da economia e termina com dificuldades no balanço de pagamentos e crescente inflação, o CEPG propõe o controle das operações externas da economia (importações e câmbio). É opinião do grupo que qualquer retomada significativa da economia britânica, apoiada apenas na política econômica convencional, resultaria, como nas precedentes, em maior inflação, acompanhada por enorme *deficit* no balanço de pagamentos e/ou colapso da libra esterlina, com a conseqüente fuga de capitais. Assim, medidas excepcionais se imporiam, e a única maneira visualizada de sustentar a demanda agregada ao nível de pleno emprego, por um longo prazo, seria através de uma proteção tarifária aos produtos manufaturados e de um rígido controle cambial, para evitar movimentos especulativos contra a libra esterlina.

Vejamos algumas hipóteses fundamentais sobre o funcionamento das economias britânica e mundial que substanciam o diagnóstico e a prescrição do grupo.

Em primeiro lugar, o CEPG é completamente contrário às políticas de estabilização de cunho monetarista levadas a cabo pelo atual governo conservador. Ao lado de uma crítica acadêmica ao modelo monetarista, questionando suas hipóteses implícitas e explícitas, bem como demonstrando a ineficácia das suas proposições de política econômica, o CEPG combate também o componente ideológico das idéias monetaristas. Quando necessário, não hesita em denunciar a retórica monetarista como uma simples cortina de fumaça para ocultar um assalto direto às conquistas da classe operária britânica. O sucesso da política monetarista depende da restrição da demanda efetiva, efetuada através das altas taxas de juros, da sobrevalorização da taxa cambial e das medidas fiscais deflacionárias (no caso, corte dos gastos públicos e aumento dos impostos),

que resultam em crescente desemprego e diminuição do poder de barganha dos trabalhadores. Para os adeptos desse credo, tudo melhoraria se a classe operária fosse mantida em seu lugar, um lugar que pressupõe menores salários reais e maior desemprego por um prazo indeterminado. Um perverso "controle das importações" é alcançado através da redução da atividade produtiva e do conseqüente desemprego.

Como as experiências de estabilização do Cone Sul já haviam demonstrado, a recessão engendrada pelas políticas monetaristas ocasiona uma rápida melhoria nos problemas do balanço de pagamentos, mas as pressões inflacionárias revelam-se mais persistentes do que o previsto em seus modelos teóricos. A alta prioridade atribuída ao combate à inflação provoca a administração de uma dose reforçada do remédio, o que acaba jogando a economia em profunda depressão, agravando os problemas de longo prazo.

O pessimismo do CEPC no tocante aos anos 80 é justificado. Após dois anos de políticas monetaristas, *todos* os modelos econométricos para a economia britânica prevêem, para 1981, inflação com dois dígitos, crescimento negativo, desemprego nas proximidades dos três milhões (12% da força de trabalho), declínio do investimento público e privado, declínio nas exportações de manufaturados e nenhuma melhoria de longo prazo na competitividade internacional da economia britânica. Somente o balanço de pagamentos registrará um *superavit* devido ao petróleo do Mar do Norte e à redução das importações causada pela recessão. Para aumentar a desgraça dos monetaristas, nos últimos quatro anos não foi verificada nenhuma relação empírica significativa entre a oferta de moeda e a inflação,* o que deixou os simpatizantes a procurar explicações em expectativas, efeitos indiretos, etc. Espera-se que economistas caboclos, tentados pelo canto monetarista, pensarão duas vezes antes de recomendar políticas semelhantes para o Brasil diante dessa evidência — isso se já não se tinham escaudado com os resultados alcançados na Argentina, Chile e Uruguai.

* Para a evidência empírica para a Inglaterra, ver Nicholas Kaldor, *Monetarism and United Kingdom Monetary Policy*, *Cambridge Journal of Economics*, 4:293-318, 1980.

O CEPG, como, aliás, os keynesianos mais ortodoxos, recomenda uma imediata expansão da economia britânica, com a reversão das políticas fiscais e monetárias atualmente em vigor. A contração da demanda agregada teria conseqüências perversas tanto para a inflação quanto para o lado real da economia britânica. A inflação tem suas causas últimas atribuídas ao baixo crescimento econômico e a recessão tem efeitos adversos sobre o investimento e a produtividade, que se refletirão mais tarde em baixas taxas de crescimento e redobradas pressões inflacionárias.

O CEPG defende o ponto de vista de que os problemas de crescimento da economia britânica seriam fundamentalmente derivados da falta de uma sustentada expansão da demanda por um prazo suficientemente longo para estimular e sustentar os investimentos produtivos. Os problemas do lado da oferta (tecnologia, por exemplo) seriam secundários. O CEPG acredita que, se houvesse suficiente demanda, as empresas privadas modernizariam o obsoleto parque industrial britânico, sem ser necessária maior intervenção estatal, argumentando também que a indústria seria sujeita a economias de escala fortemente cumulativas. Assim, um maior crescimento da demanda implicaria substanciais aumentos na produtividade industrial e conseqüente melhoria na competitividade internacional da indústria britânica. Ao contrário, a contração da atividade econômica implicaria uma baixa produtividade e uma desindustrialização da economia britânica, invadida por crescentes importações de manufaturados.

Os monetaristas ingleses adotaram o enfoque monetário para o balanço de pagamentos, transformando a taxa cambial no eixo do combate à inflação e postulando uma interação entre a oferta de moeda, a taxa cambial e o nível de preços domésticos e salários. Assim, uma política monetária contracionista levaria a uma valorização da taxa cambial, que concorreria para uma modificação na relação de preços entre produtos importados e produtos domésticos, favoráveis aos primeiros. Aqui, entra a primeira hipótese crucial dos monetaristas: os produtores domésticos de *tradeable goods* terão que ajustar seus preços relativos (para baixo), em face da concorrência internacional, e dessa forma o crescimento do nível de preços domésticos tende a ser controlado pela política de valorização cambial. A

outra hipótese crucial é de que os salários reais são determinados pela oferta e demanda, e não pelo poder de barganha dos trabalhadores. Por essa hipótese, a um nível de preços domésticos mais baixo corresponderiam salários nominais mais baixos. No longo prazo, uma valorização da taxa cambial refletir-se-ia em menor crescimento do nível de preços e em menor crescimento dos salários nominais. Os monetaristas tendem a ser otimistas quanto aos efeitos da política monetária contracionista sobre a inflação e a acreditar que os efeitos no lado real da economia são pequenos e passageiros.

Quanto aos mecanismos da inflação, o CEPG defende o ponto de vista de que os preços industriais seriam relativamente insensíveis a mudanças na demanda agregada, sendo determinados pelo *mark-up* sobre os custos históricos normais (salários e matérias-primas). O *mark-up* seria relativamente constante ao longo do ciclo industrial, e os salários, por sua vez, seriam determinados pela percepção dos sindicatos do que seria um "salário justo", tomados em conta os diversos diferenciais históricos que existem entre os trabalhadores britânicos. Os trabalhadores britânicos têm reivindicado, nos últimos anos, um aumento do salário real de 3% ao ano, segundo o CEPG. A solução, ao invés de procurar controlar salários, seria aumentar a produtividade, o que daria maior flexibilidade às empresas e sindicatos e facilitaria a aceitação de uma política de rendas menos perversa para os assalariados. Assim, a expansão da demanda, ao proporcionar aumentos na produtividade industrial, viabilizaria também o atendimento das reivindicações trabalhistas, como essas historicamente têm-se apresentado, sem pressionar a distribuição funcional lucros-salários, tendo assim um claro efeito antiinflacionário. Era a percepção do CEPG, até recentemente, de que a política monetarista não conseguiria reduzir significativamente os salários reais britânicos, mesmo provocando enorme desemprego. No entanto, ele foi obrigado a reformular essa posição ante a evidência de que o desemprego moderou as reivindicações salariais e restringiu o poder de barganha dos sindicatos. O CEPG acredita que esse é um resultado apenas de curto prazo, que antagonizou profundamente o governo e a indústria com os sindicatos. Os resultados políticos que daí advirão são imprevisíveis, mas se houver uma futura expansão da economia os trabalhadores certamente reivindicarão a recompensa pelos sacrifícios

impostos, a menos que o governo consiga quebrar a espinha do sindicalismo britânico, o que parece improvável dentro de um regime democrático. Assim, é rejeitada em ambas as frentes a hipótese central da postulação monetarista de que preços e salários, disciplinados pela depressão, ajustar-se-ão a um nível real mais baixo. Qualquer alívio que a depressão traga para a inflação seria apenas conjuntural. Além disso, a política de controle da inflação através da sobrevalorização da taxa cambial ao mesmo tempo facilitaria a penetração dos produtos importados e dificultaria a exportação dos manufaturados britânicos, levando à rápida desindustrialização do país.

A inflação no modelo do CEPG seria principalmente uma inflação de custos. Os aumentos salariais seriam, naturalmente, parte importante na determinação dos custos industriais, mas o poder de barganha dos sindicatos teria sido, no passado recente, exercido defensivamente. No entender do CEPG, o lento crescimento econômico obrigou o governo a aumentar significativamente a carga fiscal das pessoas físicas, o que reduziu o salário real disponível dos assalariados, que reagiram defensivamente, solicitando aumentos nominais que compensassem essa perda de poder aquisitivo. Assim, a razão última da espiral salários-preços estaria no baixo crescimento econômico, que força o governo a aumentar a carga fiscal das pessoas físicas para fazer frente a gastos com o *welfare state* (é importante salientar que os gastos britânicos com o *welfare state* são inferiores, em termos relativos, aos dos demais membros do Mercado Comum Europeu desde o início dos anos 60). O declínio relativo britânico não pode ser associado a excessivos gastos sociais ou mesmo a gastos públicos em geral, como interpretações vulgares, levantando a gasta bandeira da estatização, querem fazer crer. Muito menos estaria justificado qualquer ataque frontal ao *welfare state*.

Porém, o CEPG parece não ter-se dado conta de que por trás da frente contra a estatização está a insatisfação da classe capitalista contra as mudanças dadas à destinação do gasto público desde meados da década de 60. Efetivamente, os gastos com previdência social e outras formas de transferência de renda aumentaram substancialmente o seu quinhão no gasto público. Ora, esse tipo de destinação dado ao gasto público é espúrio do ponto de vista da classe capita-

lista, para quem os únicos rendimentos legítimos são aqueles ganhos com o trabalho, a par dos ganhos com a propriedade. Daí, o clamor antiestatizante do *establishment*.

A análise das tendências recentes do comércio internacional completa o diagnóstico do CEPG. Existiriam tendências estruturais na economia internacional que resultariam em desequilíbrios crescentes nas transações comerciais entre países ou blocos de países. Os dois principais desequilíbrios atualmente presentes na economia mundial seriam o energético — onde os países membros da OPEP acumulam um substancial *superavit* financeiro que não se traduz em maior demanda de transações reais — e o comércio de manufaturados — onde o Japão e alguns países da Europa Ocidental também acumulam crescentes *superavits*. Por sua vez, os mecanismos de ajustamento financeiro à escala internacional deixam muito a desejar. A volatilidade dos mercados de câmbio das principais moedas internacionais e os fortes movimentos especulativos que daí resultam forçam a adoção de políticas domésticas extremamente ortodoxas nos países desenvolvidos. Principalmente, *deficits* comerciais tendem a ser eliminados em nome da estabilidade cambial. Assim, não há na esfera financeira internacional nenhum mecanismo de ajustamento, para os anos 80, aos desequilíbrios nas transações reais, e o crescimento do comércio internacional estaria restrito por esses desequilíbrios estruturais ora existentes. O mecanismo de ajustamento dos anos 70, o crescente endividamento externo dos países em desenvolvimento não produtores de petróleo, já chegou aos seus limites, dentro dos arranjos atuais.

As soluções globais para os desequilíbrios estruturais da economia mundial parecem afastados no médio prazo, devido aos interesses conflitantes dos principais blocos econômicos. Assim, o protecionismo voltaria a ser uma solução válida, embora unilateral, para manter ou acelerar o crescimento econômico na área protegida. O CEPG afirma que, com livre comércio, é pouco viável a reativação da economia americana e de algumas economias europeias (da qual a Inglaterra seria o exemplo mais patente), pois os benefícios da expansão filtrariam para o exterior sob a forma de crescentes importações.

A proteção aos manufaturados permitiria a expansão da economia americana e dessas economias européias, tendo também efeitos expansivos sobre o comércio internacional, já que os atuais níveis absolutos de importações não seriam sacrificados e seriam mesmo aumentados. Mudaria, isso sim, a composição das importações em direção às matérias-primas, alimentos e energia. A nova regra de ouro da economia internacional seria que as crescentes importações de petróleo e outras fontes energéticas deveriam ser financiadas por empréstimos externos, e não através de *superavits* no comércio de manufaturados. Assim, o que o novo protecionismo esperaria manter em níveis toleráveis seria o crescimento das importações de manufaturados.

Haveria vencedores e perdedores nesse novo quadro para o comércio internacional. Como seria de se esperar, a Inglaterra e os Estados Unidos seriam os principais beneficiados, por possuírem substanciais fontes energéticas, enquanto os principais prejudicados seriam a Alemanha Ocidental, o Japão e os novos países industrializados asiáticos, que têm em comum as exportações de manufaturados como elemento dinâmico de suas economias. Os países da OPEP e os demais países do Terceiro Mundo seriam beneficiados, pois o final da recessão nos países avançados elevaria os preços das matérias-primas e do petróleo, devido à maior demanda. Porém, uma maior distribuição das atividades industriais a nível mundial estaria adiada, pois a “velha” divisão internacional do trabalho, entre produtores de manufaturados e de matérias-primas, teria uma sobrevida. Países como o Brasil continuariam em sérias dificuldades: o preço do petróleo e outras matérias-primas que o país importa disparariam, a produção interna de bens intermediários e de capital sofreria redobradas pressões da concorrência internacional, as exportações de manufaturados teriam sua expansão atenuada e o país competiria no mercado financeiro internacional com os países desenvolvidos, que estariam tentando financiar suas compras de matérias-primas e petróleo. Somente as exportações de matérias-primas se beneficiariam da nova conjuntura internacional.

De qualquer maneira, com ou sem apoio internacional, a recomendação do CEPG é de que a Inglaterra deve instaurar unilateralmente um nível adequado de proteção para permitir a volta ao pleno emprego no médio prazo. A menos que haja uma ampla e coordenada

retaliação por parte dos parceiros comerciais, a Inglaterra teria mais vantagens no médio prazo sob o protecionismo do que sob as regras atuais, e naturalmente teria que deixar o Mercado Comum Europeu (MCE), onde as esperadas vantagens “dinâmicas” para os produtos manufaturados jamais se concretizaram e onde as desvantagens da contribuição para o orçamento do MCE e preços mais elevados para os alimentos são visíveis. O que surpreenderá o leitor brasileiro é que argumentos levantados pelos estruturalistas da CEPAL contra o livre comércio reaparecem a todo o momento, sem citação da fonte, no discurso do CEPG. Assim, o argumento para a proteção da indústria “nascente” é usado para a proteção da indústria “senil”, é reconhecida a importância das forças cumulativas gerando sucesso no desenvolvimento industrial e na exportação de manufaturados, etc.

O controle das importações, acompanhado de uma política econômica expansionista, permitiria atingir níveis mais elevados de produção e emprego. Ao mesmo tempo, os níveis mais elevados de produção trariam efeitos dinâmicos favoráveis (via aumento da produtividade) sobre a competitividade internacional dos manufaturados britânicos. A maior produtividade permitiria também aumentos reais dos salários, de acordo com o que têm sido as expectativas históricas dos assalariados ingleses. Daí, seu caráter antiinflacionário.

A opção do CEPG pelo controle das importações, ao invés da desvalorização cambial, para acompanhar a reativação da economia britânica funda-se em três considerações. Em primeiro lugar, os efeitos de curto prazo de uma desvalorização cambial seriam inflacionários: os efeitos positivos de uma desvalorização sobre as exportações levariam ao menos um ano para se fazerem sentir e, por outro lado, os efeitos negativos, como o encarecimento relativo das matérias-primas e alimentos importados, seriam imediatos. A resistência dos assalariados a qualquer quebra do poder de compra do seu salário real levaria a crescentes salários nominais, e uma inflação de custos tenderia a anular os efeitos positivos no lado real da economia. Em segundo lugar, os efeitos de uma desvalorização cambial sobre as reservas em divisas: a magnitude da desvalorização necessária para recompor a competitividade internacional dos manufaturados britânicos seria tão elevada que certamente provocaria uma corrida especulativa contra a libra esterlina nos mercados financeiros

internacionais, o que levaria rapidamente à exaustão das reservas britânicas, daí advindo a necessidade do controle cambial ao lado do controle das importações. Em terceiro lugar, a concorrência internacional em produtos manufaturados não é simplesmente uma concorrência em preços, mas sim ditada muito mais por vantagens em *marketing*, inovação em produtos e aperfeiçoamento da qualidade e *design* dos produtos já existentes. Como os produtores britânicos têm tido um desempenho deficiente na obtenção das vantagens acima citadas, seria duvidoso que uma desvalorização cambial corrigisse a perda tendencial dos mercados externos com que eles se defrontam.

A proposição do CEPG encontra-se na tradição keynesiana de atribuir papel primordial na consecução do crescimento econômico ao nível da demanda, ao nível e composição do gasto público e à política econômica.

O sucesso da estratégia do CEPG, por seu lado, depende de algumas hipóteses comportamentais fundamentais sobre como reagiriam os agentes econômicos se o protecionismo acompanhar uma política expansionista. Assim, a suposição de que uma ativa política industrial, com maior intervencionismo estatal, seria desnecessária é realmente uma questão de fé no *animal spirits* do empresariado britânico. Mas talvez seja também uma questão de sensibilidade política do CEPG, já que dificilmente uma combinação de protecionismo com maior intervenção estatal teria um generalizado suporte entre as classes dominantes. Outra hipótese crucial para o sucesso da estratégia é a de que os setores industriais que produziram os substitutos domésticos das atuais importações não elevariam o *mark-up*, uma vez que se encontrem protegidos e sem controle de preços, ou seja, que as pressões inflacionárias permaneceriam sob controle debaixo do protecionismo. Essa hipótese é por demais otimista, pois ignora que o *mark-up* é fixado pelo jogo da concorrência oligopolista, da qual, no momento, fazem parte como atores fundamentais os rivais internacionais, via importações. Nada garante que, sem controle de preços e livres da concorrência internacional, os produtores britânicos não aumentariam suas margens de lucro. É implícita também a hipótese de que, frente aos eventuais aumentos de produtividade alcançados pela política proposta, os trabalhadores britâ-

nicos manterão suas demandas salariais apenas à taxa de crescimento real historicamente verificada, que é relativamente baixa. O CEPG também é bastante otimista quanto à resolução de problemas no lado da oferta, tais como renovação tecnológica, aumentos de produtividade, etc., não propondo tampouco nenhuma reforma do sistema financeiro britânico, que de há muito é pouco funcional às necessidades de expansão do setor industrial.

O CEPG, por fim, não responde à crítica mais contundente da esquerda, que é a de que a política econômica não pode ser separada da estrutura, pessoal e ideologia do aparelho de Estado que vai implementá-la. No caso britânico, a secular resistência à modernização da elite dirigente já tornou claro que a política econômica advogada pelo CEPG requereria, para ser implementada, uma mudança radical na elite que dirige o Estado. Como conseguir essa mudança no quadro político britânico é a questão para a qual o CEPG não dispõe de resposta.

Como reflexão final, resta a desoladora constatação de que as alternativas recessionistas, ora em prática, ou expansionistas, como a proposta pelo CEPG, sendo discutidas nos países centrais, não atendem aos anseios de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e favorável aos países em desenvolvimento. Principalmente, ambas as alternativas colocam obstáculos à expansão das exportações de manufaturados dos países da periferia, que terão de tentar, através de esforços unilaterais, melhorar seu quinhão no comércio internacional. Concessões e ajuda por parte dos países desenvolvidos, no médio prazo, parecem improváveis. O grande desafio para os países em desenvolvimento continua sendo uma resposta criativa à crise internacional que, ao mesmo tempo, diminua a dependência externa e atenda às necessidades básicas da maioria de sua população.

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

